

DIARIO DE PERNAMBUCO.

Subscrive-se mensalmente a 640 reis, adiantados, na Tipografia do Diario, pateo da Matriz de S. Antonio saindo da porta larga onde se recebem correspondencias, e annuncios: estes inxiem-se gratis sendo dos proprios assignantes somente e vindo assignados.

Tudo agora depende de nos mesmos, da nossa prudencia, moderacao, e energia: continuemos como principiamos e seremos apontados com admiracao entre as Nações mais cultas.

Proclamação da Assembleia Geral do Brazil.

Impresso em Pernambuco por Joze Victorino de Abreu.

DIAS DA SEMANA.

4.º S. Gregorio Ses. da Thezouraria Publica. Pr. as 5 h. 18 m. da t.

5.º S. Sancha- Rel.ºm de m., Aud. dos J.º do Civ. de m. e de t., e Ch. Pr. as 6 h. 6 m. da m.

6.º S. Matildes-Ses. da Thez. P. de m. e Aud. do J. de Orsaos de t. P. as 6 h. 54 m. da m.

Sabbado-S. Henrique Rl.ºm de m. e aud. do Vig. G. de t. Preamar as 7 h. 42 m. da m.

Dom.º-S. Cyriaco-Preamar P. as 8 h. 30 minutos da m.

UM nosso Patricio escreve de Pariz em 15 de Janeiro o que abaixo transcrevemos; assim como o impresso escrito por um liberal Portuguez, no qual se vê o estado de desgraça a que se acha reduzido Portugal pelo Duque de Bragança. Vejam-se os Brasileiros neste espelho, e por ahi avaliem qual será a sua sorte se esse Tirando voltar ao Brasil.

— « Ilm. Senhor.... Pariz 15 de Janeiro de 1834

Junio tem V. ... hum impresso, donde vai huma exacta narracao dos Despotismos que tem praticado o Duque de Bragança no infeliz Portugal (preza de 2 Tiranos) emuito sinto ainda não estar prompta certa analyse que se mandou imprimir em Londres, a qual lhe heide remeter logo que me venha a mão, no entanto mostre este aos nossos amigo, e a meo cunhado.... e se lhe parecer mande reimprimir ahi, para conhecerem esses infames Caramurús o que nos estava guardado, se por desgraça do Brasil fossem avante os seus damnados planos, por tanto meu caro em nome da Patria lhe peço, que se deixe de caprixos, e dê as mãos aos nossos Patricios, que só unidos seremos livres, e Nação respeitavel, que só unidos poderemos acabar com esta raza degenerada de Caramurús, que são os nossos verdadeiros inimigos, finalmente meu amigo aproveitem o que tem produzido nos corações Brasileiros essa mensage da Regencia a Assembleia, que tem sido aplaudida aqui, e tem desfeito todos os planos, com a união, e grito de armas, que deo a grande familia Brasileira contra o Tirano, hoje conhecido por seus proprios parentes, e amigos, incapaz de governar Povos, e esta hera a joia, que se pedia para tornar ao Brasil. Antonio Carlos, e o Menezes aqui se achão entregues ao desprezo, o Menezes bem arrependido de ter cá vindo, e o Gigante doente, e relado de se ver reduzido a nulidade, e estou vendo o dia que arrebeta este orgulhoso, e perde o Brasil esta columna de gesso. Elles são quem mais mal fallaõ do Pedro como já mandei diser a seu Pai, e sei que tem dito para o Rio, que se unão ao Governo, e que Joze Bonifacio pessa a sua demissão de Tutor. Aqui elles são vigiados dia, e noite, e de certo não tem consideração

alguma, se outro tanto lhe fisessem no Brasil, ja ninguém queriria ser Caramurú.....

Seo Patricio.....

A CARTA ESTRANGULADA.

Parte 2.º

Quod principi placuit legis habet vigorem. *Senhor manda, preto obedece.*

Eis aqui o direito politico, o codigo dos codigos, a que a Nação Portugueza está reduzida no fim de 13 annos de revoluções, e calamidades! Eis aqui a regeneração e os regeneradores, reconcentrando n'uma só maxima todas as maximas de confiscacão, bel prazer, proscriptão, e tyrannia, dispersas até agora nos precriptos de Domiciano, nos capitulos do Corão e da Bula d'Ouro; nos decretos de Fernando 7.º, e de dom Miguel! Eis aqui finalmente o fructo derrancado d'essa arvore da liberdade, plantada com tanto jubilo, e regada, ha tantos annos, com as lagrimas, e com o sangue de tantas familias, e de tantos cidadãos, que s' imolarão generosos nos altares da patria! A Carta, quem pode invocal-a com segurança? Quem pode diser sem perigo meu Deos, e meu Direito? Que liberdade gosa o Porto, depois de tão heroicos sacrificios? Os Barbaros respeitarão as municipalidades romanas; o senhor dom Pedro foi menos generoso: nem se quer uma camara electiva se concedeo ao Porto, como lembrança e penhor do art. 134 da Carta Constitucional! O Porto, o heroico Porto, aos olhos do senhor dom Pedro, he huma cidade suspeita; não tem patriotismo, nem capacidade para escolher seus magistrados! Vai por isso um Corregedor Mor (para perpetuar a feliz epoca da invasão Junot) reger, e leccionar os refractarios Portuguezes (1). Reconquistou seus direi-

(1) Não nos admira a flexibilidade do senhor Miranda, *homen de ganhar*; mas quizeramos ouvir de senhor Bento Pereira do Carmo, homem de letras, e d'outra polpa, como entende o artigo 132 da Carta Constitucional. Parece que toda a gente do Congresso tomou a peito desmentir a opinião que della se formára.

Todo o governo que lhes dá um emprego he legitimo; todo o ministro que os chama, um patriota; toda a ordem, que lhas bna um ordenado, uma lei sagrada! Se o ex Dei d'Argel mostrar ao long um balde de fitas, um barril de patacas, e uma pipa d'Excelencias, rouba-nos a maior parte dos nossos Confucios de 1820. e 26. Verdadeiros Polyglotas em Politica fallão as linguas de todos os princepes e teouros, que recorrem ao patriotismo, e á independencia delles! Espedacou-se a monarchia, assolou-se o paiz, aniquilou-se a fortuna publica e particular, na esperanza de reconquistar os foros do homem, a liberdade politica, civil, e religiosa; tudo isto se perden, mas fica-nos, como monumento d'uma grande devastacão, o Juiz dos Orsaos do Porto em cima do primeiro Tribunal de Justica! Para este, é 20 mais, consumou-se a regenera-

tos, reconquistou a Carta, o corajoso povo de Lisboa no dia 23 de Julho? Certamente. Um ministerio cobarde mas raivoso, não se atreve com o conde de Taipa, que lhe gravou na cara o L. do Caes do Tójo, mas vai como um *jackail*, desenterrar o prelo, quebrar as formas, morder os tipos, e estrangular o impressor!!! Tal he a liberdade d'imprensa, *symbolo de todas as liberdades*, que o governo outorgou aos Lisboetas!!! Do sangue d'Hampden, e de Russel nasceu florescente a liberdade ingleza; serão menos felices os martirs da praça Nova, e as victimas do Caes de Sodré. Cahio, sim, a tyrannia de dom Miguel, mas não se levantou a liberdade. A vontade absoluta do usurpador succedeo a vontade absoluta do Pretendente; e aos Sejanos d'aquelle principe os Sejanos d'este. Quaes são peores? Em these aquelles; mas proporção guardada, e attendendo ao tempo, aos principios, ás promessas, e aos deveres, estes; por que a peor de todas as tyrannias he aquella que s'exerce em nome da liberdade.

Qual he o artigo da Carta que o Governo tem respeitado? *Nem um só*, menos o artigo 91; porque todos os tutores são uniformes no dezejo de prolongar a minoridade dos seus pupillos.

Analisemos o art. 130. « Na Capital do Reino haverá um Supremo Tribunal de Justica, composto de Juizes Letrados tirados das Relações por suas antiguidades &c. » De que Relação serão tirados Joze da Silva Carvalho, e o doutor Joaquim Antonio de Magalhães, para os bancos, e, mais escandaloso ainda, para a presidencia d'aquelle Tribunal? O primeiro do lugar de Juiz dos orphãos do Porto, o segundo de juiz de fora de Tarouca! Quando se vio em Portugal atropelar assim uma classe inteira? Quando se vio abuso, patronata, escandalo similhante? S. M. I. não quiz provavelmente privar aquelle Tribunal, nem das letras d'um, nem da integridade de outro. Em quanto S. M. poder assim pagar não lhe hão-de faltar nem thuribulos, nem arautos, pois que já Paulo Sarpí disse « Que se a peste podesse dar pensões não lhe havião de faltar partidarios! » Este nepotismo tem só um inconveniente—*C'est trop bon pour durer. . . .*

Art. 7.º § 4.º « uma Lei determinará as qualidades precisas para se obter Carta de naturalisação. » Qual foi por tanto a lei que naturalisou uma enxurrada de Brasileiros, conferindo-lhe ao mesmo tempo cargos civis, e diplomaticos da maior distincção? Perdia-se a patria, certamente, se Francisco Gomes da Silva não empalmasse o secretariado da Casa de Bragança! Que bella aquisição! E ainda Portugal não sabe, que dous ou trez desses Brasileiros, depois de enrodilharem o Brasil, vierão ser a primeira origem da perseguição, que seu deslumbrado amo tem autorisado contra alguns subditos da Rainha de Portugal.

Art. 103. « Os Ministros d'Estado serão responsaveis—§ 4.º . . . pela falta d'observancia da Lei. » Qual he a lei que regula a marcha dos ministros? Qual he a lei, velha ou nova, por elles não violada? A Carta foi estrangulada e com ella aquelles, que tiverão a simplicidade de acreditar, que um principe, que perdera um trono por odio á do Brasil havia respeitar a de Portugal. Se a Carta morreu assim, as antigas instituições não tiverão melhor sorte: então qual he o regime, qual he a lei dos subditos da Rainha de Portugal? A violenta estupidez de Joze da Silva Carvalho, e a vontade imperial! *Quod principi placuit legis habet vigorem.*

Art. 107. « Haverá hum Conselho d'Estado com-
ção, e a regeneração significava isto. *O hominis impudentiam!*

posto de Conselheiros vitalicios, nomeados pelo Rei. » Ora o senhor dom Pedro não he Rei de Portugal, nem mesmo he regente legal, não só porque a Carta o exclue da maneira mais peremptoria, e positiva; mas por que S. M. mesmo foi obrigado a reconhecer o assim, convocando as Cortes para decidirem a importante questão da regencia. A autoridade que S. M. assumio he tão exotica, e fugitiva, que S. M. nunca prestou juramento, nem as Potencias Estrangeiras o tem querido reconhecer n'outra capacidade, que a d'um governo *extra legal*. Sendo assim, nenhum Português, desinteressado na questão, poderá crer jamais que S. M. podesse nomear um Conselho d'Estado vitalicio. *Dona Conselheiros!!!* Suponhamos que a Rainha não confiava nos Conselheiros que seu pre lhe nomeara, era mister nomear outros 12, e toda a Fazenda publica era pouca para sustentar o Conselho d'Estado! O bem publico não he o alvo desta, e d'outras espantosas prodigalidades. *Fazer creaturas*, e comprometer dous ou trez homens, em quem o partido legal, e independente tinha alguma confiança, foi o unico fim destes despachos intempestivos, excessivos, e desnecessarios. Cumpre aos povos o decidir se querem cavar de dia, e morrer de fome de noite, para manter em santa ociosidade um milhão d' *Archi-chancelleres*, *Archi-thezouzeiros*, *Gran cordões*, &c. &c. a quem o governo tem a generosidade de ceder um bocado do pampo para devorar o resto á sua vontade. Se a primeira Camara de Deputados não for composta d'homens assas independentes do governo, para ousarem chamar a juizo os contratos de Londres, as convenções de Pariz, a lista das pensões, e dos ordenados &c. &c. como se fez em França, e está fazendo em Inglaterra, he impossivel que Portugal possa fazer face ás suas despesas, e aos seus empréstimos. Fie-se o povo em si; trate o seu negocio nas eleições; e antes de votar, observe o que erão; o que são; á custa de quem; e os variados papeis que tem representado a maior parte dos seus primeiros Candidatos. D'um lado verá regeneradores transformados em Bastos, e Fouchés; e do outro muitos Lycurgos, e Solons de 20, e 26, metamorphoseados em Walpoles, Polignacs, Barbacenas, e Calomardes. Imité Portugal o povo inglez; mande ás Cortes os seus proprios Candidatos, e não faça caso das incinuações do governo, qual quer que elle fôr, nem dos delegados d'elle, e muito menos ainda, das recomendações da imprensa ministerial, que, por infamia e traicão do gabinete, he a unica que existe em Portugal! (2) O Povo de Londres mandou trez vezes successivas ao Parlamento Mr. Wilks, redactor d'um jornal, contra a vontade expressa do Rei, e contra todos os exorcismos dos ministros. A França, em 1830, reelegueu todos os 221 deputados, que tinham censurado o ministerio do principe de Polignac. Este atrevido imbecil appellou para as *ord. nances*, o Povo appella para as armas, e todos sabem o resultado. Agora mesmo o Povo do Wurtemberg reelegueu todos os deputados, que o Rei despedira com desagrado, e os deputados dignos do povo, tornarão a votar contra a censura, e recusarão o dinheiro para o ordenado dos censores.

Esta coragem só a podem ter homens independentes do governo; homens a quem não deslumbre um

(2) O ministerio tem razão, porque o sacrificio insensato, a isolacão anti militar dos Voluntarios de Lisboa em Val dos Reis, e na Barroca d'Alva, havia custar-lhe caro, se fosse possivel analysar em Lisboa, como he licito em toda parte, estas desconcertadas operações militares. Foi a strategia do Caes da Piedade, Sr. A. J. Freire?

corriso no palacio; uma fita para iacobrir farrapos, ou a *regateia* excellencia de Portugal, que apesar d'andar, desde certo tempo, a barão, e pregão, he ainda o tropeço aonde vão esbarrar-se os fatuos comediantes, os sarcistas constitucionaes, que por principio de reforma, e para avaliar as alcavalas, que pesão sobre o povo, que os tirou das agoas furtadas, herdão, merecem, e adquirem todas as fidalgeias da terra, no primeiro dia que empolgão o poder! Ah! Se o delicado Garcão, ou o jovial Tolentino fossem vivos... já estes groux da fabula figuravão todos nas comedias do primeiro, ou nas quintilhas do segundo. Não haverá nunca em Portugal um M. de Selgues, umas *Cartas Normandas*, uma *Nemésis*, que stygmatisem estes Falperras, estes morgados de Santa Catharina, de que o ministerio tem alagado Portugal? O Bem publico, no gabinete, he uma abstracção, a independencia um prejuizo; ministros, deputados, altas dignidades &c. &c. não cuidão se não em engrandecer-se, ou á custa do tesouro, ou das alfaías da coroa; e por isso a causa da patria se perde neste abismo d'egoismo, fatuidade, e avareza. Se o ministerio he prodigo, em quanto tem que dar, ninguém lhe chama prevaricador. Os principios só lembrão quando acaba a esperanza. O mais prodigo, insensato, despotico, destruidor e vil ministerio, que tem havido em Portugal, he o do senhor dom pedro; a prodigalidade serve-lhe de razão, de patriotismo, de justicia, e de lei, e por isso todos os paroheiros estão calados nos altos cargos, e nas altas dignidades, em q' forão collocados. Se alguem perguntar pela Carta, por a Rainha, ou por a patria ás creaturas do senhor dom pedro, he provavel que respondão todos com os versos, que Berenger pôs na boca dos mercenarios deputados de M. de Vilelle:

*J'ai bien soigné mes affaires,
Je suis procureur du roi,
J'ai placé trois de mes freres,
Mes deux fils ont des emplois. (3)*

(3) O nepotismo, e a desvergonha do ministerio he tal, que até um tal Felgueiras, que foi da Junta Miguelista de Vianna, he procurador da Coroa! Um Antonio Joaquim de Carvalho, só porque he primo do benemerito João da Rocha Pinto, he fidalgo, commendador, e Administrador da Alfandega do Porto, sendo negociante ao mesmo tempo...! Até o irmão do barão de Renduffe fignou já uma recebedoria geral! Estes Renduffes tem muito geito para cofres. Quando o senhor dom pedro intentou restabelecer o poder absoluto no Imperio do Brazil (*diz o deputado historiador desses acontecimentos, que poserão S. M. I. na imperiosa necessidade d'abdicar*) a prostituição dos empregos, das dicoracões &c. &c. foi uma das armas que o ministerio empregou com maior despejo, antes da famosa proclamação do *Ouro Preto*. Assim tem feito Joze de Silva Carvalho. E nas Financas? Portugal hade estremecer quando for chamado a pagar os extravios de Londres—Ha um barco de vapor fretado ha muito, a 40 por dia, esperando por 100 homens, que hão de vir da Belgica, não se sabe quando... Nós estimamos muito que S. M. I. conserve, contra a opinião de todo o homem patriota, este ministerio de Maias, e paranagoás, porque he o modo mais seguro de chegar mais breve a um 7 d'Abril. Nem he possivel já salvar Portugal sem isso—A Rainha tem 15 annos; he tempo d'acabar com a peste das Regencias, ou o ministerio sacrifica a patria a sua ambição, egoismo, e demencia. Porto — Dezembro de 1833.

Notas do Author.

THEATRO NACIONAL.

Tendo tencção o Empreziario do Theatro Nacional desta Cidade de dar hoje 12 do corrente, a pessa intitulada—*Os Martyres da Liberdade Santa*,—e não lhe sendo possivel, por não poder apromptar tudo, q' ella precisa, por isso que pretende da-la sem lhe faltar couza alguma do que seu author manda, (excepto no artigo compareça, que isso he escusado teimar que os não ha em quanto o governo não poder dispensar alguma tropa de primeira linha para fazer esse serviço, vencendo os mesmos emolumentos, que pelo diario se tem offerecido,) e pedindo-lhe algumas pessoas a repetição da pessa a destruição de Jerusalem, elle vai da-la hoje, augmentando o incendio da Cidade, que no primeiro dia foi feito com receio de que pegasse fogo o Theatro, por isso que he muito pequeno para semelhantes Scenas. O acolhimento favoravel, que ella recebeo, e o muito que agradou a vista da Cidade q' muitas pessoas dicerão, que ainda aqui não foi vista tão bem feita ao ponto de iludir, fez decidir o Empreziario a dar já a sua repetição.—Principiará as 8 horas em ponto.

THEATRO DE OLINDA.

Hoje 12 de Março se representa a insigne Peca sacra denominada—*Santa Cecilia* esmálta de Roma. Nada se deve recear da boa execução dos Machinismos pois que desde 1824 o actual Emprerio de Olinda dirigio sempre com bom exito os machinismos do Theatro do Recife e o comprova com a bellissima execução das magicas da presente peca representada no dia 8 do corrente, em que a vista assaz difficulosa da bocca do inferno, e o rico desenvolvimento da sublime vista de gloria, e outras, sahirão muito mais peifitas do que já mais pôde conseguir no Recife vantagem talvez devida ao local não ser alagadico; foi pena que por hum mal entendida caprixo, a maioria dos circunstantes a não quizessem desfructar; mas as pessoas que forão expectadoras desta tão difficulosa peca em magicas, abonão a verdade desta expozição: e para mostrar que não foi o espirito de ambição; mas sim para recarcar tantas despesas que se fizerão com a dita peca, bastará recordar o antigo estado do Theatro, e que devendo este abrir-se na 1.ª semana de Quaresma só se pode isto conseguir a grandes esforços no dia 8 de Março: finalmente o Empreziario determina alem desta, pôr em scena as seguintes pecas sacras—Dia 15 a peca—*Santa Izabel Rainha de Portugal*. Dia 19 o Drama sacro—*Santo Antonio livrando o Pai do patibulo*, em dois actos, e o Entremez sacro intitolado—*S. Gonçalo de Amarante*. No dia 22 a repetição de uma das primeiras pecas o Entremez sacro denominado *S. Martinho Exorcista*, e no dia de galla 25 de Março a insigne peca denominada—*A queda da Inquizisição*, e o Triunfo Constitucional.

O Empreziario já mais desconfia da protecção dos nobres Academicos, e mais concidadãos de Olinda, por isso espera que fornecendo-lhe uma comoda assignatura serão recarcidas as despesas.

Estas Oratorias serão entretidas com os seus competentes coros de muzicas e na de Santa Izabel se executará hum excellente Dueto—A virtude, e a boa fé—composição do insigne Mestre Ignacio de Freitas.

Plateia e camarotes o preço do costume. Principiará as 8 horas.

Annúncios do Correio

O Correio Terrestre de Garanhuns parte hoje ao meio dia.

O Correio Terrestre de Pajau de Flores parte hoje ao meio dia.

O Correio Terrestre d'Agoa Preta parte hoje ao meio dia.

Vendas

UM cavalo de estribaria próprio para Senhora de muito bons carregos : na rua Nova loja de caldeireiro D. 17, das 9 horas até o meio dia.

Um escravo de Angola, mosso, possante, e sadio, proprio para qualquer serviço : no principio do atterro dos Affogados na 5.^a casa nova do Cunha Guimaraens.

Lindas cassas adamecadas para ricos cortinados de cama : na loja n. 27 rua da Cadeia no Recife.

Um pequeno casco de botica proprio para o mato : na travessa da Florentina D. 6.

Compras

UMa Arte de Gramatica Franceza para se aprender sendo dos que se uzão na cadeira de Francez d'Olinda, e estando em bom uzo : anuncie.

Um escravo mosso sapateiro sem vicio, assim como 2 escrava mossas sem vicio, e que saibão engomar, e cosinhar alguma couza, e 3 escravos capazes de todo o serviço que dependa de força, proprios para o campo : no primeiro sobrado da rua Direita lado direito D. 49, aonde morou o Cirurgião Vilella Tavares.

2 pretos padeiros ou mesmo não sendo, que sejam possantes e robustos : na rua das 5 pontas D. 16.

Uma escrava que saiba comprar e vender na rua : anuncie.

Fios de pano de linho : na rua do Rozario Botica de João pereira da Silveira.

Allugueis

Alluga-se cavallos para dentro da praça e fora della até uma legoa, com a condição que se dirá a q.^{ta} allugar : em Olinda rua do Jogo da Bolla sitio do ex-Juiz de Paz do 2.^o Districto.

Furto

Desapareceo. há quatro dias, da casa de um Estudante em Olinda uma porção de dinheiro de cobre em um saco ; supõe-se ter sido tirado por escravo, ou criado de alguém em ocasião de levar algum bilhete, ou recado, e não achar na salla pessoa da casa ; faz-se publico, para que, caso tenha isto sido feito por alguma das pessoas acima mencionadas, se o senhor, ou amo, se por algum meio souber, faça restituir (sendo possível) o dinheiro ao dono, que mora na rua de S. Bento sobrado n. 62, e corrija-se a tal pessoa, afim de que não pratique mais o mesmo, podendo acontecer hir na propria casa : no sacco se achavão mais de 20\$ reis, a moeda é quaze toda nova, e seo valor determinado nas moedas de 2 vintens pelas letras XL, e nas de vintem pelas letras X X.

Annúncios particulares

Quem annunciou querer arrendar um sítio perto da praça que tenha sufficiencia para sustentar 3, ou 4 vacas de leite, e com pequena casa de vivenda ; querendo um com essas proporções na Magdalena, dirija-se ao atterro da Boa-vista lado esquerdo, hindo da ponte, casa terria ao pé do 1.^o sobrado de 3 andares.

Miguel Francisco Tavares, retira-se para a Ilha de S. Miguel.

O Snr. que perdeu 4 bilhetes, haja de annunciar se fica na responsabilidade de lhe passar uma clareza em como o recebeu, e juntamente lhe dando os signaes certos, queira declarar por esta folha para o annunciante declarar a sua morada.

João Pinto, retira-se desta Provincia.

Quem annunciou querer comprar um cavallo bom e manco, querendo um carregador, dirija-se a Olinda, rua do Jogo da bolla sitio do Juiz de Paz do 2.^o Districto.

Alluga-se um sobradinho de um só andar nos Bairros de S. Antonio, ou Boa vista : anuncie.

Quem tiver, e quizer allugar uma escrava mensalmente, para todo o serviço de uma casa de pequena familia : dirija-se a rua do Queimado n. 76, 3.^o andar.

Perciza-se de um caixeiro para loja, dando fiador a sua conducta ; na rua do Cabugá loja do Mello.

Dezeja-se fallar com o Snr. João Pereira da Silva para negocio de seo interesse, e como se ignora a sua morada queira annuncia-la por esta folha.

Os Administradores da casa de Smith & Lancaster transferirão para o dia Quinta feira (13) do corrente a reunião dos Credores da mesma casa para que tenham sido convocados no dia 11, e isto pelas 10 horas impreterivel.

Escravo fugido

Manoel, crioulo, sapateiro, 20 annos, pouco mais ou menos, com os signaes seguintes : baixo do corpo, cor fula, cobellos rapados na testa ; fugido no dia 11 do corrente : á rua do Vigario D. 13, que será bem recompencado.

João, nação cacange de boa estatura, grosso do corpo, pernas grossas, cor bem preta, olhos grandes, e brancos, dois dentes de menos da parte de cima, bem falante que parece ser crioulo ; fugido no dia 3 de Eevereiro do corrente anno : á Roque Antunes Correia morador na Varzea, ou a Joaquim Francisco de Paulaa Esteves Clemente no sitio na estrada dos Afflictos, que será bem recompencado.

NOTICIAS MARITIMAS.

Navio entrado no dia 10.

HAVRE DE GRACE ; 36 dias ; B. Francez Grand Navegateur, Capr Maniere : varios generos : á L. A Dubureq. Passageiros 5.

Dia 11.

LIVERPOOL ; 55 ; dias ; B. Ing. Scipio, Cap. Willian Pater : varios generos : á Diogo Cockshost & Comp.

ANTIOPIA ; 65 dias ; B. Ing. Credo, Cap. Symon : varios generos : á Antonio Marques da Costa Soares.

CORRESPONDENCIA.

S*Nr. Redactor.* Como muito se tenha falado sobre a ação de força, que intentei contra o Coronel Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, sem que ninguém com tudo tenha querido dar-se ao trabalho do exame, para emitir um juízo seguro, tomo o partido de rogar-lhe queira inserir na sua estimavel folha as razões finais, q' fiz nessa cauza, a fim de q' o respeitavel Publico, a vista do desenvolvimento da questão, e das provas de facto, e de direito possa firmar o seu juízo; suspendendo-o porem entre tanto, que o meo contendor não fizer igualmente publicar as suas razões.

Sou com toda a attenção o seu Venerador e Criado

Gervasio Pires Ferreira.

Razões finais apresentadas por Gervasio Pires Ferreira na cauza de ação de força, que pelo Juizo do Civel, Escrivão Regis, intentou contra o Coronel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

TEM V. S. de julgar do direito e ação dos A. A. contra os R. R., pela força, e esbulho violento, que estes lhes fizeram, com os diversos arrancamentos de suas roças, plantadas nos sitios de terras, denominados Mangaré, Urubú, e Estrada do Catolé, e do Tanque, partes integrantes do Engenho Bulhões, assim como das socas de canas, que existião nas terras, denominadas Engenhoca de Santo Amaro, e de cujo Engenho e terras estavam os A. A. de posse mansa, e pacifica, como distintamente o deduzirão em a sua ação de fl. 2. A questão he muito simples; e, com quanto os R. R. a procurem embrulhar, e confundir com a sua longa contestação de fl. 15, e documentos estranhos a questão, que ajuntarão de fl. 70 a 133, facil será a sua decizão, a vista da prova literal e testemunhavel, em que os A. A. fundão a sua ação, o nenhũ fundamento da defeza dos R. R., e a cõ-

tra producencia de suas testemunhas, como em sua analize ao depois mostraremos.

Trez são os requisitos necessarios para validade da ação de força, o facto do esbulho, o tempo em que este foi cometido, e a posse do esbulhado. Ora, o facto dos diversos esbulhos feitos pelos R. R. aos A. A., e os tempos, em que forão praticados, achão-se plenamente provados, não só pelos corpos de delicto de fl. . . fl. . . fl. . . fl. . . a que os A. A. fizerão logo proceder pelo Juiz de Paz do respectivo districto, como pela confissão dos mesmos R. R., em sua contestação de fl. 15 nos artigos 5 a 9. Resta por tanto o facto da posse dos A. A. esbulhados, e eis a que se restringe a presente questão, por ser esta posse contestada pelos R. R.

Ora, a posse he a detenção, que alguém faz d'huma coisa seja por si mesmo ou por outro em seu nome, e a detenção subsiste por actos pcessorios, praticados sem opposição alguma de terceiro, circumstancia esta, que está completamente provada na presente cauza a favor dos A. A.; por que do depoimento das oito testemunhas contestes, individuaes, e alem de toda a suspeita, e dignas de fé, atentas suas qualidades pessoais, consta evidentemente, que os A. A. estavam de posse mansa e pacifica das terras a cima indicadas, e de tempo immemorial, pelos muitos e successivos actos pcessorios nas mesmas terras praticados por si, e seus antecessores, como plantações, derubamentos de mattas, licenças a moradores, cobranças de rendas, &c. Por quanto diz a primeira Testemunha a fl. 30, q' sabe por ver, em razão de ser filho de hum dos ante-possuidores do Engenho Bulhões, de ter morado nelle por espaço de oito annos, e de ter sido Juiz de Paz, que procedo aos corpos de delicto pelo arrancamento das roças, e das socas de canas, de que trata o requerimento de fl. 2, que os terrenos denominados Mangaré, Urubú, Estrada do Tanque, e do Catolé forão sempre da posse dos senhorios de Bulhões; tanto que o Pay delle Testemunha plantou nas

terras do Tanque, e huma Lavradora de nome Anna de tal plantava nas terras do Urubú, e as moagens são feitas no Engenho Bulhões, sem opposição dos antecessores do contestante.

Diz a 2. e fl. 31 v., conteste com a 1., que sabe por ver, em razão de ser filho de hum dos ante-possuidores do Engenho Bulhões, e ter nelle morado des de 1809 athe a morte de seu Pay, que os senhores de Bulhões sempre estiverão de posse, sem contradição alguma, dos sitios de terras, denominados Mangaré, Urubú, Estrada do Catolé, e do Tanque, assim como das terras denominadas Engenhoca de Santo Amaro; tanto que tinham moradores com plantações, moendo no mesmo Engenho, como entre outros Anna Joaquina, e assim como o Pay della Testemunha, e seus Escravos.

Diz a 3. a fl. 32 v., conteste com as antecedentes, que sabe por ver, em razão de ter morado por espaço de 40 annos nos sitios de Mangaré, e Catolé, e de ter plantado e moído no Engenho Bulhões, em companhia de seo Avô, e depois em companhia de seo Pay, que estas terras sempre forão da posse do Engenho Bulhões sem contestação alguma dos antecessores dos contestantes; tanto que, fazendo elle testemunha hum roçado no Urubú, e vindo o Pay do contestante examinar, nada duvidou, reconhecendo por este facto, que as terras são pertencentes ao Engenho Bulhões.

Diz a 4. Testemunha a fl. 33 v., conteste com as antecedentes, q' sabe por ver, em razão de ser filho de hum dos ante-possuidores do Engenho Bulhões, e ter plantado, como Administrador que foi do dito Engenho, nas mesmas terras, onde forão arrancadas as roças, que os sitios de terras denominados Mangaré, Urubú, Estrada do Tanque, e do Catolé, sempre forão da posse mansa e pacifica dos senhores do Engenho Bulhões, sem opposição alguma dos antecessores do contestante, assim como das terras da Engenhoca de Santo Amaro.

Diz a 5. a fl. 34 v., conteste com as antecedentes, que sabe por ver, em razão de ter sido Administrador do Engenho Bulhões, e de ter plantado, assim como os Escravos do mesmo Engenho, que os sitios de terras denominados Mangaré, Urubú, Estrada do Tanque, e Catolé, sempre forão da posse mansa e pacifica dos senhores do Engenho Bulhões, sem contradição alguma dos antecessores do contestante; tanto as-

sim, que elle testemunha cobrava rendas dos diversos moradores, que moravão nestas terras com licença dos Senhores do Engenho Bulhões, entre elles de Agostinho de tal, por alcunha o Pirú: declarando mais, que do lado do Engenho Suassuna, estrema do Engenho Bulhões, the ao Riacho Suassuna Meirim, fez elle testemunha hum roçado de matta virgem, e plantou sem contestação alguma dos Senhores do Engenho Suassuna.

Diz a 6. Testemunha a fl. 36 que sabe por ver, des de que tem uzo de razão, e por ter morado nos Engenhos circunvizinhos, e por ter sido presente às vistorias feitas sobre o arrancamento das roças, que se achavão plantadas nos sitios de terras, denominados Mangaré, Urubú, Estrada do Catolé, e do Tanque, assim como das terras, denominadas Engenhoca de Santo Amaro, que todas estas terras são da posse do Sr. do Engenho Bulhões, sem contestação alguma do contestante; tanto assim que, mandando este, quando Vice Presidente da Província, abrir huma picada pelo Tenente Coronel Engenheiro, Firmino de Moraes Ancora, e elle Testemunha, antes de ser Administrador, e entrando a picada, que se abriu, por cima dos sitios de Catolé, e Urubú, a sahir em Mangaré, na encruzilhada da Estrada do Tanque, elles A. A. a mandara tapar, por passar pelas terras da sua posse, e os contestantes nunca se queixarão; que elle testemunha sempre plantou nos mesmos sitios, assim como os Escravos do mesmo Engenho, e q' nunca ouviu dizer, que houvesse questão dos antecessores dos contestantes sobre as referidas terras.

Diz a 7. Testemunha a fl. 37 v., conteste com as antecedentes, q' sabe por ver, em razão de ter morado na Povoação de S. Amaro, e depois a 14 annos no sitio de Mangaré, que as terras dos sitios, denominados Mangaré, Urubú, Estrada do Tanque, e do Catolé, são da posse dos Srs. do Engenho Bulhões, sem contestação alguma dos Srs. do Engenho Suassuna; e q' sempre vio plantarem e roçarem, assim como os Escravos do mesmo Engenho, the a margem do Norte do Riacho Suassuna Meirim; e que a matta, que havia nesse lugar de Mangaré, foi derrubada em parte por Joze Coelho da Silva, filho do sobre dito João Coelho, onde plantara canas e roças.

Diz finalmente a 8. Testemunha a fl. 38

v., ainda em tudo conteste com as antecedentes, que sabe por ver, em razão de ter morado em caza de seu Pay, Agostinho Xavier de Miranda, morador no sitio das terras chamadas Mangaré, onde sempre plantou, que os sitios de terras denominados Mangaré, Urubú, Estrada do Taque, e Catolé sempre forão da posse do Engenho Bulhões, a quem pagava renda; que neste sitio morou 50 annos, e que já antes delle tinha morado em outra casa, levantada nas mesmas terras, D. Thereza Maria de Jesus; e que pela mesma razão sabe, que o Pay delle Testemunha plantava indistintamente por estes sitios de terras, assim como os Escravos do mesmo Engenho Bulhões.

Os depoimentos jurados, contestes, e individuaes destas 8 testemunhas, depondo todas de factos proprios, e todas convergentes ao mesmo fim, provão exabundantemente a posse dos A. A. nos sitios de terras, a cima indicados, nos termos da Ord. L. 1. tit. 18 § 28 tit. 62 § 11 tit. 98 § 4.; e quando não houvesse huma tão relevante prova, de subejo era a confissão do primeiro Reo, em carta de 17 de Julho de 1832 escripta a Pedro Alexandre Bezerra, quando este o advertio, que parasse com o roçado que estava fazendo, por que entrava pelas terras de Bulhões. Por esta carta a fl. o contestante, não só não duvidava, em razão de não ter ido há 4 dias ao roçado, que na roçagem se tivesse entrado alguma couza, isto he, pelas terras de Bulhões, como que confessa, que se agora não estão as linhas de demarcação bem patentes, tem sido por que os Escravos de Bulhões, nas suas plantações, tem entrado pelas terras deste Engenho, assim como confessa existir huma casa, e estar a moradora posta pelos Snrs. de Bulhões, alem de outra com plantações, dizendo que o Engenho Bulhões se chamava a posse athe ao Riacho Suassuna Meirim. Por esta bem explicita confissão dos R. R. se verifica, terem os A. A. praticado diversos actos pcessorios naquellas terras, e como destes he que resulta a posse, he evidente, que os A. A. estavam de posse dellas, e que os R. R. cometerão força, quando dellas os esbulharão, arrancando as plantações feitas, e picando a caza, q' agora chamão palhoça, como se, com a mudança de nome, fazião não existente o atentado cometido.

A estas provas, de huma evidencia moral, acresce a contraproducencia das teste-

munhas dos R. R. a fl. 47 v., quando diz, que sabe por ouvir dizer a varias pessoas, e a de fl. 61 por ver, e a de fl. 64 igualmente por ver, que quando João dos Santos esteve de Administrador no Engenho Bulhões, principiou a trabalhar naquelles lugares, e a fazer plantas, o que prova os diversos actos pcessorios dos A. A., sem opposição alguma dos R. R., e por tanto a sua posse ao menos des de 1823, em que aquelle João dos Santos entrou de Administrador, como do seu juramento a fl. Acresce mais a contraproducencia da testemunha dos R. R. a fl. 52, quando, sendo perguntado se sabia, quem plantava naquellas terras, antes de serem arrancadas as roças, e socas de canas, jura, que erão os Snrs. do Engenho Bulhões: embora arrependido talvez de ter jurado a verdade, acrescentasse a quartada de ser com cõsentimento dos Snrs. do Engenho Suassuna, de que alias estes mesmos nunca se lembrarão: acresce mais a contraproducencia da mesma testemunha a fl. 54, quando jura, que as mattas, que se dizem conservadas pelos R. R., como do seu dominio e posse, forão derrubadas por mando dos Snrs. de Bulhões, o que de per si prova hum acto pcessorio da parte destes, a face e vista dos mesmos Reos, sem duvida ou opposição alguma. A mesma contraproducencia se observa na testemunha dos R. R. a fl. 60 quando, perguntado se antes da morada de Maria da Penha na palhoça, situada nas terras de Mangaré, não tinha morado Rita de tal, jurou, que ambas, tendo morado primeiro a Rita, metida por Antonio de Moraes, agregado de Felipe Binicio, Administrador do Engenho Bulhões, o que, além de ser hum acto pcessorio praticado pelos A. A., e provar por tanto a sua posse, prova ao mesmo tempo a falsidade das testemunhas, que dizem, que aquella palhoça fora feita pouco tempo antes de ser derrubada, por isso que aquelle Felipe Binicio deixou de ser Administrador do Engenho Bulhões á mais de quatro annos, como do documento a fl. Ora se huma só testemunha contraprodudente faz plena prova, Barbosa ad Ord. L. 3. tit. 65 pr. concl. 2. n. 5, Silva a mesma Ord. § 2. n. 10 e § 12 n. 18, que soberana prova não fazem as 6 testemunhas contraproducentes, a cima indicadas?

Em verdade he preciso muita cegueira para os R. R. se dizerem ainda possuidores

dos sitios de terras em questão, a vista de tantas provas, e da sua mesma confissão na carta a fl. !

Passemos com tudo a lançar hum golpe de vista sobre o depoimento de suas testemunhas de fl. 41 a 69, com que pertendem provar a sua posse. Não notarei, que a 1. testemunha, he cunhado do 1. R. como a fl. 46 v., e certidão a fl., e portanto suspeito nos termos da Ord. L. 3. tit. 58 § 9 L. 5. De testibus. Não notarei que, excepto esta 1. testemunha, e a ultima, todas as mais são trábaldadores de enxada, carreiros, de pé no chão, e da mais baixa rele, como V. S. presenciou; e por tanto, que agarradas forão a dente de caxorro para jurarem, o que se lhes ensinasse. Não notarei, que a 4. testemunha Mauricio Pinto, que alias disse ser trabalhador de enxada, e ao mesmo tempo Administrador de Engenhos, e que o fora do Engenho Camorim, hoje dos Reos, depois do anno de 1817, era nesse mesmo anno ainda escravo, pois que sò a 14 annos he liberto, como o declarou a 59 v. Em verdade hum escravo de outrem, sem saber ler, nem escrever, de pés no chão, trabalhador de enxada, e ao mesmo tempo Administrador de Engenhos, he huma raridade, que sò se poderia encontrar nas testemunhas dos R. R. Não notarei o adjetivo —novo— com que os R. R. e as suas testemunhas, que sobre isso jurarão, ligarão o substantivo —socas de canas dos A. A., que os R. R. arrancarão. Desgraçadamente não virão em sua cegueira, que não podião existir em 24 de Janeiro de 33, socas de canas que não tivessem sido plantadas em Julho, Agosto, ou Setembro de 1832, tempo ordinario das plantações de canas; e por consequencia, que ellas forão arrancadas muito depois do anno, e dia da sua plantação, tempo que dá o direito da posse nos termos da Ord. L. 1. tit. 68 § 25. Vejamos porem o que dizem estas testemunhas, e em sua analyse apparecerão as inconsequencias e contraditorios de seus ditos.

Diz a 1. a fl. 61, que por singular pão faz prova, que sabe por ver que o 1. Reo voltando em 1829, doente do Rio de Janeiro, aonde tinha ido como Deputado, passou a residir no sitio do Pomal the 1832, e nos intervalos de alguma milhora foi por tres vezes ao seo Engenho Suassuna, donde voltava por piorar. A que vem porem ao cazo contravertido esta arenga? acazo

quer mostrar, que os actos pcessorios, praticados pelos A. A., forão sem ellelo saber, quando alias confessa que fora por tres vezes em diferentes tempos ao seo Engenho Suassuna, quando o 2. R. mora efectivamente naquelle Engenho, e quãdo tinha Administrador, que fazia as suas vezes? q' triste puerilidade! Suponhamos porem que nada disto tinha havido, por ventura a sua ignorancia extingue de per si a posse, em que ertão os A. A., posse que, ainda quãdo viciosa fosse, dava direito a presente acção, nos termos do § 6. Inst. de interdict.

Diz ainda a 1. testemunha a fl. 43 que sabe por ver, que a palhoça, outr'ora caza feita no lugar de Mangaré, e derrubada pelos R. R. em Janeiro de 1833, fora construida depois que o 1. Reo foi para o Rio de Janeiro: como porem disse a fl. 41 v. que o 1. Reo tinha ido para o Rio de Janeiro em 1829, e a testemunha a fl. 60 disse ter sido Felipe Binicio, que dera licença para ella ser levantada, claro fica o contraditorio destas testemunhas, e que a palhoça tinha muito mais de 3 annos de construida, o que prova a posse dos A. A. Acresce que a testemunha de fl. 53 v. jura contraproducente, que vio feita aquella palhoça á 3 para 4 annos, e que a testemunha de fl. 60 jura, que a palhoça, em que morava Maria da Penha, já antes era habitada por huma Rita de tal, o que tudo conspira em prova da falsidade daquella 1. testemunha, e contraproducencia das outras.

Diz ainda a 1. testemunha a fl. 44 v., a 2. a fl. 53, e a 4. a fl. 58, que as roças arrancadas 2. e 3. vez pelos R. R., tinhão sido replantadas pelos A. A. nos mesmos lugares, em que tinhão sido plantadas pela primeira vez, sem se lembrarem, que, para serem apanhados em falsidade, bastava notar-se, que 80:000 covas de mandioca, que se arrancarão pela 3. vez, como do corpo de delicto a fl., não podião caber no lugar, em que estiverão plantadas as 12:000 covas, arrancadas pela 1. vez, como do respectivo corpo de delicto a fl.

Diz mais a mesm a testemunha a fl. 46, a 3. a fl. 56, a 4. a fl. 59, que as terras da questão ficão fora da vista do Engenho dos R. R., assim como fora das Estradas frequentadas, e por isso se conservavão em Mattas. Que vem porem isto ao caso em questão da posse dos A. A., ainda quando ella viciosa fosse, e não estivesse pelo con-

trario tão plenamente provada? acaso estavam os R. R., e seos antecessores na ignorancia dos actos possessorios, praticados pelos A. A. de tempo immemorial, e a face e vista de todo o mundo, e só depois q' veio o l. R. do Rio de Janeiro, e que, restabelecido de suas doenças, pôde ir ao seo Engenho, he que soube delles, estando alias de posse daquelle Engenho des de 1822? onde esteve até 1829, sendo alias parquiano da Freguezia do mesmo Engenho? onde esteve o l. R., que alias mora á muitos annos naquelle Engenho? onde estavam os seos Administradores, e os seos antecessores, que alias moravão no mesmo Engenho? he preciso muita fraqueza, ou cegueira, para agarrar-se em semelhantes frioleiras, que o mais simples senço comum despresa, por incriveis.

Diz mais a mesma testemunha a fl. 43 v., a 3. a fl. 55, a 4. a fl. 58, que, querendo João Coelho da Silva, antecessor dos A. A., avançar das terras da Engenhoca de Santo Amaro, para as do Engenho Suasuna, os antecessores dos R. R. o impedirão, ficando o dito João Coelho só na posse da Engenhoca de Santo Amaro. Ora, se João Coelho, antecessor dos A. A., pretendeo entrar pelas terras de Suasuna, fizeram muito bem os antecessores dos R. R. em o impedirem. Que vem isto porem á questão da posse das terras, em que forão arrancadas as socas de canas? Se os R. R. provassem ao menos, que, querendo João Coelho plantar nesse mesmo terreno, fora embaraçado, e não continuara, farião alguma couza; mas isso he o que não fazem, e nem o farão ja mais.

Diz finalmente a mesma testemunha a fl. 46, a 4. a fl. 59, que, existindo hum marco nas extremas dos Engenhos Suasuna e Bulhões, fora arrancado em dias do anno passado, e ouvira dizer, que o fora por mandado dos A. A. Suponhamos que sim, ainda que do corpo de delicto a fl. 114, á que se procedeo a requerimento dos R. R., não consta, que os A. A. o mandassem arrancar, e mesmo, que esse marco fosse divizorio dos Engenhos Suasuna, e Bulhões: que vem isto porem ao caso da posse, em questão, dos sitios das terras, em que forão arrancadas as roças, e sócas de canas dos A. A.? A questão he de posse, e não de dominio: este mesmo não prejudica ao esbulhado, nos termos da Ord. L. 3. tit. 40 § 2 Se os R. R. se julgão Se-

nhores destas terras, podem propor a sua ação, ou de revendicação, ou a de — finium regundorum, — que acharão os A. A. sempre promptos: não cometão porem attentados, q' a razão e a Lei reprovão, mormente quando tanto se inculcão por seos respeitadores.

Em quanto ao dito desta testemunha, e das outras, quando dizem que sabem por ver, que os R. R. sempre estiverão de posse das terras denominadas Zambá, Barro branco, Corgo do Urubú, e Mangaré, basta notar, que, alem de não serem as terras do Zambá e Barro branco, de que trata a ação de fl. 2, alem de ser irrizorio, q' trabalhadores de enxada, e carreiros de pé no chão, deponhão, com conhecimento de causa, sobre angulos geometricos, e rumos do Norte, Sul, Leste, e Oeste; alem de não terem sido moradores nestas terras, e nada dizerem de facto proprio, como as testemunhas dos A. A., são de hum cõdição muito ralé para merecerem credito algum.

Vejamos agora de que pode servir aos R. R. os chamados documentos, que ajuntarão de fl. 70 a 133. O primeiro he a copia de hum Sentença sobre a demarcação, requerida por Antonio Bezerra Monteiro, á que se opoz o Avô dos R. R., e que por não ter o sobre-dito Bezerra apresentado os titulos, como o determinava a Provizão Regia a respeito, foi julgada de nenhum efeito, como consta da mesma Sentença a fl. 93, e assim o reconhecerão os mesmos R. R. no art. 11 da sua contestação a fl. 15. A que fim pois ajuntarão os R. R. a estes autos a copia de hum Sentença estranha á questão da posse, que se ventila? a não ser para engrossar o presente processo, e dificultar o seo exame com tanta papelada, — Latet anguis in herbis.

O segundo documento, de fl. 114 a 124, he o auto do corpo de delicto, á que se procedeo, a requerimento dos R. R., sobre o arrancamento de hum marco, que se diz existia ao nascente da Estrada do tanque. Sem notar a prudente prevenção dos R. R. em convidarem gente dois mezes antes para verificarem hum marco, que existia nas terras dos A. A., o que suspeito se torna de quererem pôr o ramo em hum parte, e venderem o vinho em outra; sem notar q' todas as testemunhas de fl. 115 a 124 repetem a mesma cantiga, e pelo mesmo tom e palavras, que se lhes havia ensinado, o que

as torna suspeitas de concerto antecipado, contentar nos hemos em dizer, que desse corpo de delicto não consta, que os A. A. fossem os q' arrancarão esse marco, e menos que elle fosse divizorio dos Engenhos Suassnna, e Bulhões. Acresce que, quando fosse marco divizorio, não sendo a presente questão de demarcação, ou de dominio, mas sim de posse, elle era estranho ao caso contravertido; e que, ainda quando provasse o dominio, este de nada podia valer aos R. R. na presente acção de força, a vista da Ord. L. 3. tit. 40 § 2.

O terceiro documento de fl. 125 a 129 he a copia da Escriptura da venda, feita por Rufino Coelho da Silva aos A. A., das terras denominadas Engenhoca de Santo Amaro, e de que erão Senhores por erança de seos Pais.

Que relação tem porem á prova do dominio dos A. A. daquellas terras com a questão da posse dos terrenos, em que forão pelos R. R. arrancadas as plantações, que elles havião feito? ad quid perditio ista? vasta he a imaginação dos R. R., e he de esperar, que mostrem com a sua costumada logica a analogia que tem entre si objectos alias tão disparatados.

O quarto documento de fl. 130 he huma carta missiva de Antonio Tristão aos R. R., em que aquelle declara, que, quando quiz estender as suas plantações, pedia licença a estes para plantar nos lugares avisinhados ao ponto, em que se achia hoje huma Olaria. Ora quando huma carta missiva podesse fazer prova contra terceiros; quando não constasse da Certidão a fl., e da mesma Escriptura a fl. 125, que esse Tristão era declarado inimigo dos A. A., por estes o terem feito despejar do partido do Cachito, onde primeiro morou, e depois das terras da Engenhoca de Santo Amaro, para onde se tinha retirado, comprando-as a todo o custo, para não ter hum semelhante visinho, o termo indifinido—lugares avisinhados—de que uza, para encapotar a falsidade de seo dito, em hum Paiz, onde os moradores, em distancia de huma legoa, se chamão visinhos, mostra bem o sinistro de suas intenções.

O quinto documento a fl. 131 he a copia da Escriptura de compra, que fez João Coelho da Silva, hum dos antecessores dos A. A., a Felix Cardoso da Silva da terras chamadas Fão seco, outr'ora de Maria Rãgel. Esta escriptura prova o dominio dos

A. A. nessas terras, e o direito a sua posse, como a tinham os vendedores, e nella se de clara. Que analogia porem tem isto com as terras da questão, e em que forão arrancadas pelos R. R. as roças, e canas dos A. A. ? he preciso estar cõ a cabeça bem perdida para pertender ligar a presente questão couzas, alias tão estranhas.

Bom será todavia, que os R. R. sabendo agora, que essas terras são dos A. A., daqui a pouco não digão, que são suas, e não apresentem em sua prova testemunhas taes como as de fl. 41 a 69, como muito facil lhes será.

Tendo analisado os ditos das testemunhas dos R. R., e os chamados documentos, por estes apresentados, e feito ver mais claro, que a luz do meio dia, a contraproduencia de muitas das suas testemunhas, o contraditorio de outras, e a ociosidade dos documentos apresentados, resta-nos a segunda parte da acção de fl. 2, isto he a quantidade das roças, e socas arrancadas, e o seo valor para nelle serem os R. R. condemnados.

Ora as quantidades das roças e socas arrancadas, e cuja indemnização se pedira; des de logo, nos termos da Lei 9 C. unde vi, e da Ord. L. 3. tit. 52 § 5, alem de não serem contestadas pelos R. R., achão-se plenamente provadas, não só pelos respectivos corpos de delictos a fl. a. fl. a fl. a fl., como pelos depoimentos das testemunhas a fl. 31, 32, 34, 35, e 37. Em quanto ao rendimento de cada cento de covas de mandioca, alem de não contestado igualmente pelos R. R., as testemunhas de fl. 31, 33, 34, 35, e 37 depoem contestes e uniformes ser de hum a dois alqueires; e por tanto o termo medio he o de hum alqueire e meio cada cento, medida velha; e em quanto ao preço corrente do alqueire de farinha naquelle tempo, todas as testemunhas de fl. 31, 32, 33, 34, 37, e 39 depoem uniformemente, que era o de 20 a 30 patacas; dizendo a de fl. 35, q' o preço era de 25 a 30 patacas, e a de fl. 38, que regulava de 24 a 30 patacas; o que, suposto ofereça alguma differença para mais no primeiro preço de 20 patacas, confere com tudo com o maior preço de 30 patacas; e por tanto o termo medio do preço de cada alqueire de farinha, em que os R. R. devem ser condemnados, he o de 25 patacas, e o valor dos oito carros de socas a rasão de 1600 o carro, como depoem as

testemunhas de fl. 31, 32, V., e 34 V.

A vista do exposto he evidente a força e violento esbulho, que os R. R. fiserão aos A. A., com o arrancamento das roças, q' havião plantado nos sitios de terras, denominados Mangaré, Urubú, Estrada do tã-que, e Catolé; assim como das socas de canas nas terras da Engenhoca de Santo Amaro, por serem estas terras da posse immemorial dos A. A., e seos antecessores, pelos muitos e successivos actos possessorios praticados a vista, e face dos R. R., e seos antecessores, sem opposição alguma, como depoem as oito testemunhas dos A. A., pessoas dignas de fé, e alem de toda a suspeita, e contraproducentemente o depoem 6 das

testemunhas dos R. R., a cima indicadas; e por tanto, que devem ser condemnados a levantar mão, não só dos esbulhos feitos, como de outra qualquer perturbação, que tencionem fazer; e a pagar aos A. A. os prejuizos causados, pedidos, jurados, não contestados, e provados, nos termos da L. 9 unde vi, e da Ord. L. 3. tit. 52 § 5.; assim como os rendimentos das terras esbulhadas em relação ao que poderiam produzir, se cultivadas fossem, e que se liquidarem na execução, sendo condemnados igualmente nas custas max ex Supl. e C.

Ofr. ° Camela.

testamentos dos réus, a crime indicadas; e
por tanto, que devem ser condemnados a
levantar a mão, não se dos espólios feitos,
como de outra qualquer perturbação, que
tenham a fazer; e a pagar aos A. A. os
prejuizos causados, perdidos, jurados, não
constados, e provados, nos termos da
L. 9.ª de 17.ª de 1801. L. 3.ª de 1802 §
5.ª; assim como os rendimentos das terras
esquadradas em 1796 e no que houverem pro-
priedade, em 1801, e que se liqui-
darem no presente, sendo condemnados
a pagar nas costas por ex.º

Ord.º Camels.

Ord.º de 17.ª de 1801 L. 3.ª de 1802 §
5.ª. Assim como os rendimentos das terras
esquadradas em 1796 e no que houverem pro-
priedade, em 1801, e que se liqui-
darem no presente, sendo condemnados
a pagar nas costas por ex.º